

CURRÍCULO E PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CURRICULUM AND INCLUSION PRACTICES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Fabiane Santana da Silva ¹

Ana Paula Rodrigues. ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir as ideias sobre as práticas inclusivas na escola, fazendo referência à importância das adaptações curriculares para que cada sujeito seja participante dos seus processos de aprendizagem. Compreendendo o currículo na forma em que a escola pensa suas práticas, determinando suas ações de forma clara a partir dos instrumentos a serem utilizados em seu favor. Evidenciando algumas práticas e trazer referência à reflexão a partir do que já foi escrito tornam-se o cerne do estudo. O currículo como ferramenta é indispensável e precisa estar em constante mudança para que possa assegurar o desenvolvimento integral na educação infantil. A pluralidade dos alunos e das suas relações que se estabelecem no contexto escolar evidencia a dificuldade da organização de um currículo coerente à diversidade. Portanto, o currículo torna-se a base para a estruturação de situações de inclusão e exclusão que tem início na sala de aula. O papel do professor é claramente o inovador e condutor dessas mudanças, avaliando as especificidades de cada criança e suas demandas de aprendizagem e desenvolvimento, para desta forma traçar os caminhos para o ensino.

Palavras chave: Inclusão; Currículo; Educação Infantil.

ABSTRACT

This article aims to reflect on ideas about inclusive practices at school, referring to the importance of curricular adaptations so that each subject is a participant in their learning

¹Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Educação Infantil. Psicopedagoga pelo Grupo Faveni, Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Salvador – UNIFACS, Licenciada em História pelo Centro Universitário Internacional Uninter.

² Doutora em Educação; Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade; Especialista em Marketing, Especialista em Tutoria em EAD, Especialista em Docência do Ensino Superior; Graduada em Educação Física e Graduada em Administração. Gestora Educacional.

processes. Understanding the curriculum in the way the school thinks about its practices, determining its actions clearly from the instruments to be used in its favor. Evidencing some practices and bringing reference to reflection based on what has already been written become the core of the study. The curriculum as a tool is indispensable and needs to be constantly changing so that it can ensure integral development in early childhood education. The plurality of students and their relationships established in the school context highlights the difficulty of organizing a curriculum coherent with diversity. Therefore, the curriculum becomes the basis for structuring situations of inclusion and exclusion that begin in the classroom. The teacher's role is clearly the innovator and driver of these changes, evaluating the specificities of each child and their learning and development demands, in order to trace the paths for teaching.

Keywords: Inclusion; Resume; Child education.

1. INTRODUÇÃO

A diversidade tem tomado conta das escolas de uma forma muito mais explícita do que já foi em algum outro tempo. Antes, não havia um olhar sobre a heterogeneidade, classes “homogêneas” eram perfeitas por garantir um trabalho de domínio pelo professor.

Diante da nova política educacional que é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Coloca todas as classes sociais, tendo como cerne a democracia social, que é a igualdade de oportunidades.

No entanto, a educação especial até pouco tempo era concebida como algo distinto da educação regular. Hoje, com a legislação caminhando para um lado diferente deste, cabe desfazer muitas das teorias e organizações concebidas pela escola até o momento.

Este novo cenário obriga a escola a retomar e reformar suas práticas em relação aos alunos com alguma necessidade especial e buscar novos caminhos para que todos possam caminhar em suas aprendizagens.

Portanto, neste cenário, o professor aparece como principal agente de mudança, pois ninguém mais tem uma atuação tão específica e que abarque um olhar individualizado e dirigido aos processos individuais de cada classe.

Segundo Ramal (2002, p. 24) “Busca oportunidades para levá-lo (referindo-se ao aluno) a experimentar o que estuda, pois não é o muito saber que sacia e satisfaz a alma, mas o sentir e saborear as coisas internamente [...]”. Esse é o papel do educador, segundo a autora,

experimentar através de suas práticas e levar o seu aluno a descobrir os sabores dos saberes ensinados, vivenciados.

A escola sempre teve no seu projeto um currículo que atendesse à maioria, pois se acreditava que todos os conteúdos ali dispostos eram imprescindíveis para o mundo do trabalho e ingresso na universidade. O pensamento era o que todos precisavam saber, sem a necessidade de compreender o que queriam e podiam saber a partir de suas próprias inteligências.

Coll (2000, p.49) considera indispensável, antes de preparar o currículo, colher as informações provenientes da análise psicológica dos indivíduos e do próprio contexto escolar, pois esta mostra os “processos subjacentes ao crescimento pessoal”. Pois, tudo que adentra a sala de aula espelha-se nas concepções e nas possibilidades de todos os envolvidos.

A organização e gestão da escola correspondem à necessidade de que a instituição escolar disponha de condições e meios para a realização de seus objetivos específicos. Além de prover as condições para o ótimo funcionamento da escola e do trabalho da sala de aula é preciso garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos.

No cenário atual, nas diversidades que as salas de aula apresentam fazem com que seja repensado esse modelo que imagina que todos precisam saber as mesmas coisas. A pergunta é: todos podem fazer e saber as mesmas coisas? De que maneira isso é possível? Como os alunos de inclusão podem demonstrar suas aprendizagens? Será que tenho que ter as mesmas atividades para todos?

Diante desses questionamentos surgem as adaptações curriculares e a clara necessidade de renovação das práticas, que vão ressoar no currículo que é estabelecido nos contextos escolares.

A presente pesquisa surge para refletir os enfrentamentos de salas de aula tão sedentas pela inclusão de alunos com variadas necessidades a partir de um olhar das práticas curriculares. O objetivo é dialogar com as práticas inovadoras de inclusão que vem sendo pensadas e compreender essas formas de gerir essas classes e pensar em práticas que colaborem para a inclusão de todas as crianças.

Todo profissional de educação sempre experimentou desafios das mais diversas ordens na sala de aula. Nos contextos que se apresentam na atualidade, esses desafios vêm se configurando intensos e permeados de entraves.

As competências da gestão de classe são entendidas ordinariamente em termos de organização do tempo, do espaço e das atividades. Também se estendem à instauração

de valores, de atitudes e de relações sociais que possibilitam o trabalho intelectual. (PERRENOUD, 2000, p. 147).

Nesse sentido, o currículo tornou-se um artefato capaz de dispor tanto os conhecimentos necessários a serem ensinados a todos, quanto um conjunto de práticas que subjetivam os alunos na escola, posicionando-os como aprendiz ou não desses conhecimentos.

Nota-se que muito além do que está escrito nesses documentos que identificam as propostas de cada escola, as mudanças que necessitam ser feitas para que a inclusão ocorra nesses sistemas, necessita partir das salas de aula. Os professores que muitas vezes silenciam os “jeitos” que vão dando para fazer com que seus alunos aprendam, precisam fazer ecoar o som de suas práticas para além das paredes das salas de aula.

2. INCLUSÃO ESCOLAR x DESAFIOS

Muitas escolas encontram dificuldades para realizar a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. O termo inclusão possui muitos significados e diferentes aspectos, o que a torna uma palavra usada por todos, mas, que poucos conhecem o seu significado.

O processo de inclusão não é apenas inserir o indivíduo em um determinado lugar. A inclusão significa “compreender, abranger, inserir, introduzir, está incluído ou compreendido, fazer parte” (FERREIRA 2001, p.380).

De acordo com MANTOAN (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferente de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro. (MANTOAN, 2005, p.24).

Atualmente a educação brasileira tem tratado a inclusão com mais relevância, discutido de forma mais efetiva, um novo modelo em que a escola, precisará oferecer a todos os indivíduos condições de avançar no desenvolvimento. Esse modelo de educação, passa a ser o adjetivo de novo, isso porque historicamente a escola tornou-se um espaço aberto de educação para atender a toda população que necessita desse suporte.

Historicamente a educação infantil no Brasil está voltada para o surgimento das creches, na época em que a mulher assumiu seu lugar no mercado de trabalho, onde

caracterizou-se como um lugar de acolhimento aos pequenos e como uma instituição que substituíria o lar materno. A partir da Constituição Federal de 1988 e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, foi que o estabelecimento de educação infantil se tornou um direito de todas as crianças. A LDB define que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 à cinco anos de idade, assegurando os seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social em sua totalidade.

Em consideração a proposta de educação inclusiva no Brasil e referenciada em suas políticas educacionais, entende-se que o movimento de uma nova organização da escola, precisa e deve começar na educação infantil, diante do que está prescrito na lei, sendo assim a primeira etapa da educação. Segundo Mendes (2010),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança. (Mendes, 2010, p.47-48)

A educação especial refere-se ao atendimento específico de pessoas portadora de necessidades especiais em instituições de necessidades em salas de aula de escolas regulares. A inclusão nas escolas surgiu com a Declaração de Salamanca na década de 1990, trazendo a ideia de romper as barreiras educacionais existentes desde o início da educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, depois de anos de isolamento e segregação, as pessoas hoje são reconhecidas como cidadãos. A partir, desse movimento, foi possível a interação de crianças portadora de necessidades especiais com as demais crianças, aprendendo e respeitando as diferenças existentes.

A escola de educação infantil como um espaço inclusivo tem como objetivo oferecer um ambiente acolhedor, que agregue os aspectos de cuidar e educar, assegurando que todas as crianças possam ter lazer, brincar, interagir, participar das atividades pedagógicas, o que possibilite seu avanço na construção de conhecimentos e suas habilidades. Segundo carvalho (2005):

[...] os programas de educação infantil e das séries iniciais devem prever ambientes que possibilitem às crianças os movimentos livres; a exploração de materiais diversos

que permitam a satisfação da curiosidade que as caracteriza e as torna exploradoras; a expressão verbal; os jogos e as brincadeira [...]. (CARVALHO, 2005, p. 32).

Levando em consideração esses pontos citados, acredita-se que um ambiente que possibilite a implementação de práticas adequadas e que promovam a participação das crianças em todas as atividades pedagógicas da escola, deve dispor de uma estrutura adequada, materiais didáticos, estrutura pedagógica com brinquedos e mobiliários que permitam as crianças aprendizagem significativa. Bruno destaca que (2006):

A organização do espaço, a eliminação de barreiras arquitetônicas (escadas, depressões, falta de contraste e iluminação inadequada), mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações nos brinquedos e jogos são instrumentos fundamentais para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. Eles se tornam condições essenciais e prioritárias na educação e no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. (BRUNO, 2006, p.18).

Além do espaço adequado, é preciso garantir a participação e aprendizagem das crianças, é necessário pensar na ação pedagógica de forma efetiva. A elaboração das tarefas deve ser adequada ao nível da turma, levando em consideração suas particularidades e aos interesses das crianças de modo que todos possam da sua maneira e tempo, participar das atividades propostas. Segundo Bruno (2006),

O conteúdo e as atividades devem levar em conta o princípio da aprendizagem significativa: atividades que partam de experiências positivas para os alunos, dos interesses dos significados e sentidos atribuídos pelos mesmos. (BRUNO, 2006, p.19).

Para que haja uma proposta inclusiva em escolas de educação infantil, é necessário pensar na organização do espaço físico adequado ao desenvolvimento do trabalho com crianças menores e que haja uma prática pedagógica que possibilite o desenvolvimento de todos os alunos.

Existe um grande desafio enfrentado pelas escolas, é a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, a falta de preparo e de interesse de alguns profissionais, dificulta o desenvolvimento desses alunos, o que não garante assegurar a permanência desses educandos. Em relação aos professores.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas, e assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo em esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120)

Portanto, a capacitação desses profissionais deve ser um compromisso de ensino comprometidos em tornar a inclusão realidade nas escolas. Assegurando que estejam aptos a elaborar e a implantar propostas inovadoras e práticas de ensino de acordo com às características dos alunos. Os professores devem estar capacitados para analisar, elaborar as

atividades, atribuir diferentes forma de avaliar os alunos e incentivar os alunos nos avanços, priorizando o seu desenvolvimento pleno. Desta forma, conclui Lima (2006) que:

É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças. (LIMA, 2006, p.123).

As escolas de educação infantil precisam oferecer um ensino de qualidade para as crianças. Entretanto, alcançar a qualidade diante de tantos desafios estruturais, políticos e pedagógico é uma batalha a ser vencida, principalmente quando esta instituição tem como proposta um ensino inclusivo, pois necessita mais da disposição dos profissionais da educação.

Toda escola precisa de uma política global quanto a oportunidades iguais para todos os alunos, de sua origem ou diferença nas habilidades. Existem muitos documentos legais para garantir esses direitos, orientando as escolas quanto ao seu dever nesse sentido. No entanto, essa inclusão se concretiza nas práticas cotidianas da sala de aula.

Porém o sucesso da inclusão escolar não depende apenas de professores dedicados, competentes e com vontade de implementar mudanças em sala de aula para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos. Para que isso ocorra é preciso um trabalho de outros profissionais e pessoas importantes na vida do aluno, que, juntos, irão desenvolver as estratégias para a construção de uma escola democrática, na qual são oferecidas oportunidades para todos os alunos desenvolverem suas habilidades e, conseqüentemente, permanecerem na escola.

2.1 CURRÍCULO

Em torno de debates, o currículo tem sido um tema presente no âmbito escolar e político. A discussão sobre essa temática passou a ter importância, na medida em que a qualidade do ensino passou a ser uma preocupação nacional.

Com o tempo o currículo tem sido concebido a partir da perspectiva de que as turmas de educação regular têm um conjunto padronizado de exigências acadêmicas ou de fragmentos de conhecimentos e habilidades que todo aluno deve aprender para terminar com sucesso o curso que escolheu.

Esse conjunto sequenciado de informações tem sido entendido por muitas escolas como um modelo curricular. Essa forma é frequentemente transmitida através de aulas

ministradas pelo professor e os alunos lendo os materiais curriculares e preenchendo as atividades para aprender os conceitos e habilidades inerentes à disciplina.

Assim, pode-se dizer que a diversidade cultural se faz clara no espaço escolar e não pode mais passar despercebida. É tarefa dos gestores e professores repensar seus planejamentos a partir de uma visão mais ampla do currículo de suas escolas. Aquele currículo estanque e padronizado não servirá para uma escola que vivencia a diferença, que possui alunos com culturas e saberes distintos.

Os materiais curriculares, como variável metodológica, têm relevante importância nas práticas dos professores, pois eles na maioria das vezes ditam o trabalho pedagógico.

É possível que encontremos propostas didáticas que ofereçam diversas possibilidades, pretendendo ter uma pretensão inovadora, enquanto em outras propostas podemos observar organizações mais rígidas e disciplinares dos conteúdos.

Tais materiais são essenciais para muitas propostas e quase sempre indispensáveis, já que as condicionam de tal forma que fica difícil fazer algo que seja diferente do que está sendo proposto. Como exemplo, o livro didático.

As famílias dos alunos de inclusão adquirem esse material, que muitas vezes em pouco ou nada contribuirá para o avanço de seus filhos.

As mudanças do sistema educativo em nosso país nos últimos anos, obrigam aos envolvidos em educação a pensar sobre o fazer pedagógico. É preciso assegurar a qualidade do que será oportunizado para os alunos e mais do que nunca, pensando nessa diversidade e na inclusão.

Fundamentando essa necessidade, Hernandez (1998, p. 53) “afirma que é necessário ensinar a relacionar ou combinar conceitos e procedimentos que, pelas matérias curriculares, foram ensinados anteriormente, de maneira separada, em lições, unidades, ou cursos, é uma questão que sempre esteve no centro das discussões sobre como ensinar na Escola”. A partir desse pensamento surge a proposta do trabalho com projetos elaborados a partir da vida real das crianças, ofertando sentido às aprendizagens.

Coll (2000, p. 45) aponta uma descrição objetiva e atual que precisamos estar atentos:

Entendemos o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ações adequadas e uteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar

e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar os propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente translado em prática. (COLL, 2000, p.45)

Planejar o currículo por si só, demanda diretamente considerarmos que o planeja (professor) e para quem ele foi pensado e planejado (o aluno). Ambos têm sua própria subjetividade que de forma direta influencia a organização. Enquanto planeja, o professor é influenciado por suas concepções pessoais, sua formação, valores, sua história de vida. Baseando nesses requisitos, pode planejar tendo em vista os alunos e suas dificuldades, potencialidades e suas necessidades.

Muito tem se pensado quando se fala em currículo na atualidade. Algumas amarras já foram desfeitas, no entanto temos um longo caminho a percorrer se falamos em inclusão.

A inclusão no nosso país já deixou de ser institucionalizada há um tempo, todavia é possível evidenciar nas escolas que fazem a “inclusão” desses alunos a tentativa de institucionalizar a inclusão, o que acaba favorecendo a exclusão.

As adaptações curriculares são necessárias para todos, se pensarmos na perspectiva de diversidade que encontramos nas escolas. No entanto, essas adaptações necessitam serem mais específicas em se tratando de alunos diagnosticados com dificuldades, distúrbios, síndromes ou outras questões.

Na educação inclusiva, essa visão antiga do currículo vem sendo cada vez mais deixada de lado pelos professores.

O currículo é uma ferramenta flexível para adaptar os sujeitos às novas exigências e vice e versa, respeitando o estilo próprio de cada um e favorecendo as aprendizagens.

As alterações curriculares podem ocorrer tanto na ordem dos saberes que deverão ser disponibilizados na sala de aula quanto nas práticas, na organização do espaço e do tempo escolar.

2.2 PRÁTICAS EM SALA DE AULA

Tratar sobre o que configura a prática é importante para que se compreenda a análise que será feita em relação às práticas inclusivas.

Os processos educativos são bastante complexos não sendo muito fácil reconhecer os fatores que fazem sua definição. Essa prática deve ser definida como uma perspectiva dinâmica e reflexiva, não pensando apenas na aula.

A intervenção pedagógica um antes e um depois que se constituem como fundamentais em toda a prática educacional. Planejar e avaliar esses processos são uma parte inseparável da atuação docente.

De acordo com Ramal (2002, p. 30 e 31) “então tua sala de aula se converterá num grande concerto de múltiplas vozes que ensinará que é possível transitar num mundo heterogêneo e diverso, repleto de culturas e visões [...]”.

Tudo o que acontece dentro da sala de aula pode ser definido como prática em sala de aula. Isso está relacionado ao que os professores e alunos fazem e ao contexto em determinados modelos.

A análise de situações de sala de aula é talvez a estratégia que mais fornece dados para a reflexão. O professor identifica problemas e pensa na resolução dos mesmos.

Uma dimensão importante aos sujeitos, professor e aluno, é o processo de construção do conhecimento que se realiza entre eles. Isso faz do planejamento das práticas pedagógicas um exercício de responsabilidade social e ética do professor que deve prestar atenção suas reais possibilidades e buscar diferentes maneiras para o conhecimento ser produzido coletivamente.

Para que haja mudança em seus processos, todo educador ou gestor deve comprometer-se a olhar as instituições de ensino a partir de uma perspectiva diferente, redefinindo sua atuação. Há vários elementos constitutivos para uma evolução no olhar do currículo e práticas engendradas nas escolas a partir das reflexões acerca da inclusão.

Essas e outras medidas são favoráveis para que a inclusão possa acontecer de forma efetiva, considerando os níveis de dificuldades e as aprendizagens que são significativas para cada sujeito.

Stainback e Stainback (1999) deixam em evidencia que as estratégias no manejo usados na sala de aula não devem ser negligenciadas no período de planejamento de estratégias práticas inclusivas, devem ser priorizadas, relacionando-as com os sentimentos para eficácia e êxito.

Elaborar situações que se orientem por essa forma de pensar exige do professor competência para estabelecer os desafios adequados para seus alunos, que são os que ficam na intersecção entre o difícil e o possível.

O desejável e necessário é que todos, professores e equipe técnica, se tornem cada vez mais responsáveis, coletivamente, pelo resultado do trabalho de toda a escola. O que exige, em geral, a revisão da estrutura organizacional da instituição, um esforço de atualização permanente e de acesso ao conhecimento mais recente que a ciência produz, para iluminar seu trabalho, além de um tipo de prática que está se tornando menos discursiva e mais consistente: a reflexão sobre a prática. (WEISZ, 2003, p.123).

A expressão reflexão sobre a prática nos remete diretamente a Paulo Freire, quem colocou essa ideia em circulação. Práticas essas que vão desde a troca de ideias e sugestões de atividades entre professores à produção de relatos reflexivos sobre a prática realizada em classe. Esse compartilhar enriquece muito a atuação dos docentes favorecendo um caminhar alinhado às expectativas atuais.

Os professores também precisam renovar as atividades em que um determinado aluno participa, ou a maneira como ele atinge os objetivos, observando a forma como ele aprende. Colocar para todos da classe as mesmas atividades sem considerar os objetivos que podem ser alcançados por cada aluno pode apresentar obstáculos em relação às aprendizagens.

Cabe ao professor fazer adaptações curriculares eficientes para os alunos da educação infantil e ter em mente que as particularidades de cada aluno precisam ser levadas em consideração para que tenham sucesso no desenvolvimento e nas aprendizagens. Hoje existem uma variedade de recursos que podem facilitar o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno. Entretanto, considerando o avanço das inovações na área, quando receber um aluno especial, o professor deve constantemente buscar alternativas que facilitem a seu trabalho pedagógico.

As adaptações vão além das atividades impressas. É preciso que se considere à disposição da sala, os grupos de trabalho que podem favorecer as novas descobertas, dos objetivos e espaços.

Para os alunos atingirem os objetivos de aprendizagem individuais, o professor precisa ser um facilitador da inclusão, trabalhando junto para que tudo seja organizado em prol dos objetivos e necessidades específicos para cada um.

Ressalta-se que o importante não será o tipo do material que será oferecido ao aluno, mas se ele atende às suas demandas, se está de acordo com as habilidades a serem desenvolvidas. Nesse caso, se ele estuda no terceiro ano e usa o livro do primeiro não deverá ser uma preocupação da escola e sim se ele está garantindo o seu processo de forma a ser motivado a partir das aprendizagens possíveis para as suas demandas escolares.

Considera-se que as formas de aprender são diferentes e que os tempos de aprender também são. Não existe um mesmo caminho de construção do conhecimento. É defendida de forma igualitária, mas a de oportunidades, de direitos às condições oferecidas para que se possa aprender. Portanto, se cada um aprende em um ritmo e tempo é importante que se dê as condições para que cada um realize suas aprendizagens de maneira em que podem garanti-la.

3. METODOLOGIA

Esse estudo será feito a partir de uma pesquisa bibliográfica, onde os escritos sobre o tema ilustraram os questionamentos aqui presentes a fim de elucidar e corroborar com a compreensão sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O entendimento acerca da revisão bibliográfica, contribuiu de fato para fundamentar e aprofundar alguns conceitos básicos de análise e conhecimento sobre a pesquisa realizada. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1991, p.48).

Foram elencados autores que escrevem sobre inclusão, currículo e práticas inovadoras na sala de aula para que pudesse ter como confrontar as ideias que foram colocadas como problematização do tema.

Feita uma análise e reflexão sobre os que os autores colocam com confrontamento das ideias a partir dos saberes que já eram presentes, foi possível estabelecer uma breve relação entre os pontos em estudo e traçar algumas ideias sobre o tema em questão.

A leitura dos exemplares escolhidos foi realizada e os fichamentos foram feitos para que o assunto fosse sistematizado, organizado e compreendido para a devida escrita do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender as relações que se estabelecem entre o ensino a aprendizagem, os empreendimentos que favoreceram as aprendizagens de alunos com alguma dificuldade

tornam-se importante para o alinhamento do discurso e a implementação de novos movimentos de inovação nas práticas de ensino. Na observação da diversidade da sala de aula, o olhar individualizado é uma das ferramentas para o alcance das atividades planejadas, valorizando as experiências que afetam diretamente o sujeito e promovem a construção do conhecimento.

O momento da educação referente à inclusão escolar não pode ser pensado de maneira isolada. Na história da educação especial compreendemos que essa evolução está intimamente ligada com as diferentes concepções que ao longo da história da humanidade, foram sendo estabelecidas com base na maneira como os indivíduos se relacionam com os padrões diferentes daqueles tidos como normais, e mais especificamente, com a deficiência.

Dessa forma, vivemos um momento de reconhecimento das diferenças e, conseqüentemente, pela inclusão daqueles que ainda sofrem pelo preconceito. É preciso ter criticidade para compreender que, apesar do esforço de todos os envolvidos com a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais para a efetivação da inclusão escolar, os obstáculos ainda precisam ser enfrentados.

A organização da escola é um dos obstáculos que precisamos enxergar. As escolas precisam fazer a inclusão, é uma demanda legal, que vai muito além da compreensão delas do que significa de fato ter um aluno com deficiência matriculado.

Nos últimos anos, com a inclusão escolar, a escola vem com uma crise de identidade antes de estar sendo convidada a atender a essa necessidade. Deveríamos pensar que a proposta de uma educação inclusiva veio para organizar, para propor mudanças, buscando maior funcionalidade. Não podemos ignorar a ansiedade e o desequilíbrio que esse fato causou nas escolas brasileiras. Na verdade, a inclusão só veio revelar o que sabíamos: a formação do professor em muitas situações não dá conta de acompanhar as exigências da prática.

Pensar um currículo que atenda a diversidade é primordial para que se abram caminhos para o fortalecimento das práticas e ampliação delas. Essa comunicação feita entre os professores para troca de experiências e organização do trabalho pedagógico favorecem bastante o caminhar.

Entendendo que a educação precisa oferecer aquilo que cada pessoa precisa, que atende às necessidades peculiares de cada um, que contribui para o seu adequado desenvolvimento, que faz com que o ser humano, o aluno, estudante, pessoa com deficiência ou qualquer que seja a denominação atribuída, sinta-se respeitado e valorizado nas suas capacidades.

Os professores e gestores devem tornar seus planejamentos flexíveis a partir de uma visão mais ampla do currículo de suas escolas. Aquele currículo estanque e padronizado não servirá para uma escola que prioriza a diferença, que possui alunos com culturas e saberes distintos.

O professor precisa ter em mente que pode produzir mudanças e que todo ser humano é capaz de aprender, independentemente da sua condição inicial. A ação pedagógica pressupõe a relação teoria e prática, enquanto teoria implica a sistematização de saberes e reconhecimento de anseios e necessidades que correspondem ao que é subjetivo do professor. Enquanto prática constitui-se na experiência, na ação concreta.

A educação inclusiva requer escolas abertas a todos, onde todos aprendem junto, qualquer que sejam as suas dificuldades, porque a ação educativa se centra na diferenciação curricular inclusiva. O professor deverá ajustar as demandas para cada aluno, observando suas formas de interação e suas habilidades, favorecendo o aprimoramento das conquistas e favorecendo a conquista de novas habilidades em relação ao que está sendo proposto.

Trata-se de ter mais de um currículo numa mesma sala. De analisar as perspectivas encontradas e traçar novos rumos em prol de conquistas a longo e curto prazo. A organização da turma em grupos de trabalho pode favorecer as novas aprendizagens dos alunos “de inclusão”, bem como daqueles que podem não apresentar nenhuma demanda com relação às suas aprendizagens.

Todos os alunos apresentam características físicas, comportamentais e emocionais próprias, não sendo mais possível admitir práticas rígidas e com tendência homogeneizadora.

O caminho é longo nessa perspectiva, mas aponta como possível e necessário para o avanço da escola do nosso país, afinal todos são diferentes e precisam ser respeitados nessa diferença também em sala de aula.

Dessa forma, uma escola só poderá ser considerada inclusiva quando acolhe, aprecia, ratifica e celebra o valor de todos os alunos receberem uma educação de mais qualidade.

Conclui-se que, o que parece ser mais viável é uma reflexão sobre o currículo, para uma melhoria significativa na prática, e não na elaboração de novas teorias sobre o currículo escolar. Como prioridade, devemos olhar para ele como um construtor de opiniões, um agente de mudança, capaz de melhorar e oferecer qualidade na educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10 ed. Brasília. DF: Senado, 1998. (1998), disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> >
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9.394/96. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/> >
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil**. Saberes e práticas da inclusão. Introdução. 4 ed. Brasília: MEC/SEESP, p. 18 -19, 2006.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: do que estamos falando?** Caderno de Educação Especial, Santa Maria, n.26, p. 15, 2005.
- COLL, C. **Psicologia e Currículo**. São Paulo: Ática, p. 45- 49, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. p. 380. Verbete.
- FONSECA, João José Saraiva Da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, p. 48, 1991.
- HERNANDEZ, Fernando. VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A interação de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997, p. 117 -120.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In Nova Escola, maio, 2005, p.24.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, Sp: Junqueira & Marin, p. 47-48, 2010.
- PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RAMAL, Andrea Cecília. **Carta de Santo Inácio de Loyola a um educador de hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WEISZ, Tema. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2ª ed. São Paulo: Editora ática, 2003.